



APROVADA EM REUNIÃO DE EXECUTIVO
DE 09/10/2014

União das Freguesias de Carnaxide e Queijas

Junta de Freguesia

ACTA DA REUNIÃO **REALIZADA EM 16 DE JANEIRO DE 2014**

-----**ACTA NÚMERO 1**-----

Aos dezasseis dias do mês de janeiro de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Sede da Junta de Freguesia, no Salão Nobre, reuniu o Executivo da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas, sob a presidência do Senhor Presidente Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, estando presentes, o Senhor Secretário Américo Marques Ferreira Duarte, o Senhor Tesoureiro Luís Manuel Figueiredo Lopes, a Senhora Vogal Rosa Lopes Costa, o Senhor Vogal José Pereira Rodrigues, o Senhor Vogal António Rocha e a Senhora Vogal Carla Sofia Guia Pinto. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Jorge Manuel de Sousa de Vilhena deu início à primeira reunião do Executivo, com a seguinte Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade: -----

Antes da Ordem do Dia: -----

- 1 – Informações -----
- 2 – Informação N.º 13/Gabinete de estudos/2014 -----
- 3 – Relatório Bimensal da Delegação de Competências de Novembro e Dezembro de 2013 ----

Ordem do Dia: -----

- 1** - Proposta de Deliberação N.º 01/2014 - Concessão a título perpétuo do Compartimento N.º 16 E do Ossário N.º 3; -----
- 2** – Proposta de Deliberação N.º 02/2014 - Mercado Municipal de Carnaxide - Loja N.º 9; -----
- 3** – Proposta de Deliberação N.º 03/2014 - Feira mensal (1º sábado) de trocas, artigos em 2ª mão e artesanato no Mercado de Carnaxide; -----

- 4** – Proposta de Deliberação N.º 04/2014 – Feira mensal (última 6ª feira e sábado de cada mês) de artesanato no Mercado de Queijas; -----
- 5** - Proposta de Deliberação N.º 05/2014 – Atribuição de subsídio ao Atlético de Queijas; -----
- 6** – Proposta de Deliberação N.º 06/2014 - Emissão de parecer prévio vinculativo: celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, para o gabinete de apoio social; -----
- 7** – Proposta de Deliberação N.º 07/2014 - Direção Geral de Reinserção Social – Pedido de Colaboração - Execução de Medida de Trabalho a Favor da Comunidade; -----
- 8** – Proposta de Deliberação N.º 08/2014 - Concessão a título perpétuo do Compartimento N.º 14 E do Ossário N.º 3; -----
- 9** – Proposta de Deliberação N.º 09/2014 - Concessão a título perpétuo da Sepultura N.º 548 do Talhão N.º 5; -----

Ponto – Dois – Informação N.º 13/Gabinete de estudos/2014 -----

--- Nos termos do disposto no Anexo I a que se refere o artigo 3.º da Lei n.º 11-A/2013, de 28/01, a Freguesia de Carnaxide e a Freguesia de Queijas, foram agregadas na nova freguesia designada por União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, agregação que se operou por referência ao passado dia 30/09/2013. -----

A Junta de Carnaxide até então assumia o pagamento direto aos beneficiários das comparticipações nas despesas com cuidados de saúde no regime livre e o reembolso à ADSE das despesas efetuadas no regime convencionado, num valor médio/mês por funcionário com base nos últimos 4 anos (2010/2013) de 169,92€, o que se traduzia num encargo médio anual de 17.332,14€. -----

A Junta de Queijas processava as despesas com a ADSE dos seus funcionários com base num acordo de capitação, com base no qual as despesas com cuidados de saúde dos beneficiários inscritos são integralmente assumidas pela ADSE, cabendo ao organismo/entidade o pagamento da verba correspondente à respetiva capitação. Esta verba é anualmente atualizada, tendo sido em 2013 de 28,45 €/mês, por beneficiário inscrito, a que correspondeu um encargo anual de 7.158,86€. -----

Assim, constituindo a referida lei título bastante para todos os efeitos legais decorrentes da referida agregação, e por consequência, informa-nos os serviços da ADSE que caso o executivo entenda poderá ser assinado um acordo de capitação abrangente aos funcionários da nova freguesia criada por agregação com a designação e os demais dados de identificação da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas. -----

Desta forma e considerando o universo atual de 55 beneficiários e mantendo-se o valor por

beneficiário inscrito de 2013, estima-se que o custo com o acordo de capitação para 2014 seja de 18.774,80€ conforme mapa em anexo. -----

Ponto – Três - Relatório Bimensal da Delegação de Competências de Novembro e Dezembro de 2013 -----

--- Tomou o Executivo conhecimento do Relatório Bimensal da Delegação de Competências de Novembro e Dezembro de 2013 -----

Ordem do Dia: -----

1 – Proposta de Deliberação N.º 1/2014 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 74/2013, relativamente ao pedido da Sra. Laurinda das Neves Mendes Vital, para concessão a título perpétuo do terreno que constitui o Compartimento N.º 16 E do Ossário N.º 3. -----

Neste contexto, proponho: -----

1 – Que seja concedida a referida concessão a título perpétuo, à Senhora Laurinda das Neves Mendes Vital, portadora do Cartão de Cidadão N.º 01088733. -----

2 – Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

2 – Proposta de Deliberação N.º 2/2014 -----

Esta Junta de Freguesia rececionou o pedido da Sra. Maria Manuela Farinha de Melo Pereira, arrendatária da Loja N.º 9 do Mercado de Carnaxide, solicitando autorização para alteração do ramo de atividade. -----

Sendo que nos termos do nº 2 do Artº 23º do Regulamento dos Mercados Municipais é *“admissível a alteração da atividade comercial desenvolvida nos locais de venda, condicionada à transferência para o setor do mercado da nova atividade e à existência de vaga a ocupar”*. -

Neste sentido e no âmbito da gestão do Mercado, é da competência desta autorizar a respetiva alteração de ramo de atividade. -----

Nesta conformidade, proponho: -----

1 – Autorização de alteração do ramo de atividade da loja n.º 9 do mercado de Carnaxide, de escritório de funerária para gabinete de Tarot. -----

2 – Que seja dado conhecimento ao Município de Oeiras para atualização de cadastro. -----

3 – Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

3 – Proposta de Deliberação N.º 3/2014 -----

Com o objetivo de dinamizar e revitalizar o comércio local, em particular o Mercado Municipal de Carnaxide, esta Junta de Freguesia vai promover o segundo ano da Feira mensal (1º sábado) de trocas, artigos em 2ª mão e artesanato a realizar no primeiro sábado de cada mês no horário compreendido entre as 9H00 e as 19H00, entre os meses de Fevereiro e Dezembro, exceto Agosto. -----

As condições de acesso às bancas decorrerão da seguinte forma: -----

- 1.** Ter 18 anos ou mais mediante apresentação de Documento de Identificação. -----
- 2.** Todos os meses os interessados deverão proceder à sua inscrição no balcão de atendimento da sede desta Junta de Freguesia das 09h00 às 17h00, sendo que a ficha de inscrição é apenas preenchida uma única vez; -----
- 3.** O pagamento deverá ser efetuado todos os meses no balcão de atendimento da sede desta Junta de Freguesia a partir da data previamente definida; -----
- 4.** Os lugares não são efetivos, ou seja, o facto de ter ocupado uma banca num determinado mês não garante a permanência na mesma banca no mês seguinte, sendo que a atribuição da banca é feita no ato do pagamento de cada mês por ordem de receção até ao limite previsto, ficando as restantes em lista de espera para substituição em caso de desistência. -----
- 5.** Só serão aceites 40 inscrições, face ao número de lugares disponíveis, ficando os restantes em lista de suplentes. -----
- 6.** As inscrições têm o custo previsto na Tabela de Taxas da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas por banca, por dia de € 3,20 (banca de 2m2); por cada m2 a mais é acrescido € 1,60. -----
- 7.** A Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas não se responsabiliza por qualquer acidente pessoal que ocorra no recinto do Mercado, nem por qualquer dano ou roubo verificado nas bancas, devendo os concessionários recolher e arrumar todos os dias os materiais expostos. -----
- 8.** No caso do concessionário não ocupar a banca, poderá ser substituído por outro inscrito. -----

Forma de Pagamento (mensal) -----

Data de início do Pagamento das inscrições para a Feira	Dia da Feira
24/01/2014	01/02/2014
03/02/2014	01/03/2014

03/03/2014	05/04/2014
07/04/2014	03/05/2014
05/05/2014	07/06/2014
09/06/2014	05/07/2014
07/07/2014	06/09/2014
08/09/2014	04/10/2014
06/10/2014	01/11/2014
03/11/2014	06/12/2014

LISTAGEM DE ARTIGOS PERMITIDOS -----

Artesanato – artigos manufaturados -----

Acessórios de Moda/Bijuteria - Anéis, pregadeiras, colares/fios, pulseiras. -----

Alimentos embalados em plástico ou vidro – Doces, compotas, chocolates, salgados, bolos, tortas. -----

Acessórios de Desporto -----

Reciclados -----

Outros: sujeitos a autorização prévia -----

ARTIGOS USADOS COMO NOVOS: -----

Roupa - Cachecol ,calças ,calções ,camisolas, camisas, túnicas ,casacos ,sobretudo, gorro, lenços, luvas, saias, top´s, t-shirt´s, sapatos. -----

Diversos - Pastas, porta-moedas, malas senhora, óculos de sol, guarda-chuva, relógios, livros, CD´s, DVD´s, cassetes VHS. -----

Material escolar/escritório - Agendas, cadernos, canetas de feltro, capas, dossiers, esferográficas, estojos, lápis carvão, lápis de cor (caixa), agrafador, furador, régua, -----

Decoração - Velas, suporte de velas, jarras, mesas de apoio, molduras, puff´s, quadros, relógio parede, cortinas, almofadas, edredon/colchas, fronhas, lençóis, tapetes, toalhas, cadeiras, espelho, candeeiros. -----

Desporto -Skate, pesos, trotinete, fato mergulho/surf, prancha. -----

LISTAGEM DE ARTIGOS NÃO PERMITIDOS: -----

Todos os produtos alimentares já comercializados no mercado ao longo do ano (frutas e hortícolas, frutos secos, peixe, carne, etc.), mobiliário grande, eletrodomésticos grandes, pijamas, produtos de limpeza, roupa interior. Todos os itens que estejam danificados não serão aceites. -----

Nota: Os produtos serão suscetíveis de avaliação dependendo da sua qualidade. -----

Nesta conformidade, propõe-se: -----

1. Aprovação das condições de funcionamento da Feira mensal (1º sábado) de trocas, artigos em 2ª mão e artesanato nos termos e nas condições atrás mencionadas e de acordo com a ficha de inscrição em anexo. -----
 2. A taxa a aplicar será de acordo com a tabela de taxas da Freguesia, por banca (2m2) e por dia, com o valor de € 3,20 e por cada m2 a mais com o valor de € 1,60. -----
 3. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----
- A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

4 – Proposta de Deliberação N.º 4/2014 -----

Com o objetivo de dinamizar e revitalizar o comércio local, em particular o Mercado Municipal de Queijas, esta Junta de Freguesia vai promover uma Feira mensal de artesanato a realizar na última Sexta-feira e Sábado de cada mês no horário compreendido entre as 9H00 e as 19H00, entre Fevereiro e Dezembro, exceto Julho, Agosto e Setembro. -----

As condições de acesso às bancas decorrerão da seguinte forma: -----

1. Ter 18 anos ou mais mediante apresentação de Documento de Identificação. -----
2. Todos os meses os interessados deverão proceder à sua inscrição no balcão de atendimento da sede desta Junta de Freguesia das 09h00 às 17h00, sendo que a ficha de inscrição é apenas preenchida uma única vez; -----
3. O pagamento deverá ser efetuado todos os meses no balcão de atendimento da sede desta Junta de Freguesia a partir da data previamente definida; -----
4. Os lugares não são efetivos, ou seja, o facto de ter ocupado uma banca num determinado mês não garante a permanência na mesma banca no mês seguinte, sendo que a atribuição da banca é feita no ato do pagamento de cada mês por ordem de receção até ao limite previsto, ficando as restantes em lista de espera para substituição em caso de desistência. -----
5. Só serão aceites 10 inscrições, face ao número de lugares disponíveis, ficando os restantes em lista de suplentes. -----
6. As inscrições têm o custo previsto na Tabela de Taxas da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas por banca, por dia de € 3,20 (banca de 2m2); por cada m2 a mais é acrescido € 1,60. -----
7. A Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas não se responsabiliza por qualquer acidente pessoal que ocorra no recinto do Mercado, nem por qualquer dano ou roubo verificado nas bancas, devendo os concessionários recolher e arrumar todos os dias os materiais expostos. -----
8. No caso do concessionário não ocupar a banca, poderá ser substituído por outro inscrito. --

Forma de Pagamento (mensal) -----

Data de início do Pagamento das inscrições para a Feira	Dia da Feira
24/01/2014	21 e 22/02/2014
24/02/2014	28 e 29/03/2014
31/03/2014	25 e 26/04/2014
28/04/2014	30 e 31/05/2014
02/06/2014	27 e 28/06/2014
30/06/2014	24 e 25/10/2014
27/10/2014	28 e 29/11/2014
01/12/2014	19 e 20/12/2014

LISTAGEM DE ARTIGOS PERMITIDOS -----

Artesanato – artigos manufaturados -----

Acessórios de Moda/Bijuteria - Anéis, pregadeiras, colares/fios, pulseiras. -----

Alimentos embalados em plástico ou vidro – Doces, compotas, chocolates, salgados, bolos, tortas. -----

Acessórios de Desporto -----

Reciclados -----

Outros: sujeitos a autorização prévia -----

LISTAGEM DE ARTIGOS NÃO PERMITIDOS: -----

- Artigos Usados. -----

- Todos os produtos alimentares já comercializados no mercado ao longo do ano (frutas e hortícolas, frutos secos, peixe, carne, etc.), mobiliário grande, eletrodomésticos grandes, pijamas, produtos de limpeza, roupa interior. Todos os itens que estejam danificados não serão aceites. -----

Nota: Os produtos serão suscetíveis de avaliação dependendo da sua qualidade. -----

Nesta conformidade, propõe-se: -----

1. Aprovação das condições de funcionamento da Feira mensal de artesanato a realizar na última Sexta-feira e Sábado de cada mês nos termos e nas condições atrás mencionadas e de acordo com a ficha de inscrição em anexo. -----

2. A taxa a aplicar será de acordo com a tabela de taxas da Freguesia, por banca (2m2) e por dia, com o valor de € 3,20 e por cada m2 a mais com o valor de € 1,60. -----

3. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

5 – Proposta de Deliberação N.º 5/2014 -----

Reconhecendo a importância que o desporto assume na sociedade atual e tendo como objetivo final o harmonioso desenvolvimento da condição intelectual e física dos nossos munícipes, as Grandes Opções do Plano para 2014 desta Junta de Freguesia prevêem, através do apoio a ações de índole desportiva, o incentivo a entidades que promovam atividades neste âmbito. -----

Face ao exposto e atendendo que este apoio encontra a devida expressão nas GOP para o ano económico de 2014, propõe-se: -----

1 - A atribuição de uma comparticipação financeira ao Atlético Clube de Queijas, no valor de 200,00 € (duzentos euros), para apoio às atividades desportivas a desenvolver pelo referido clube, nomeadamente a organização de um torneio de futsal nas categorias de traquinas e benjamins. -----

2 - Mais se propõe que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

6 – Proposta de Deliberação N.º 6/2014 -----

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

O crescente desemprego, carência social e económica de alguma população, aliado à procura junto daqueles que estão mais perto que são as Autarquias Locais, aliado ao fato que esta Junta de freguesia munuiu-se de diversos apoios diretos que concede ao cidadão, outros apoios por via do Município, encaminhamento para as Entidades Sociais Nacionais e Locais, nomeadamente o PCAAC – Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados, que exige um atendimento profícuo, que permita uma triagem e encaminhamento das situações, tendo como base a elaboração de relatórios técnicos. -----

Conforme nas GOP e Orçamento, ambos documentos aprovados para 2014, torna-se necessário reforçar o Gabinete de apoio social com um técnico de serviço social, que se traduz no atendimento social com o intuito de contribuir para o bem-estar da população e apoiar a proteção e inclusão social, disponibilizando informação, aconselhamento, acompanhamento e encaminhamento para efeitos de superação das vulnerabilidades à população carenciada da freguesia, sempre que se revele necessário, pelo decorre promover a aquisição de serviços, na modalidade de avença, com um pessoa singular, -----

- A prestação de serviços terá início a 3 de Fevereiro de 2014; -----

- A entidade, para desenvolver as atividades pedagógicas, proposta pelo serviço requisitante é a Sra. Dra. Marta Filipa Salgado Fragoso; -----

- O preço total desta aquisição de serviços rondará os €4.998,00 (quatro mil novecentos e noventa e oito euros) correspondendo ao preço mensal de € 833,00 (oitocentos e trinta e três euros); -----
- O valor estimado da aquisição de serviços anteriormente referenciada com cabimento na rubrica 05/01.01.07.03.00 – Ação Nº 104 (GOP/Orçamento de 2014); -----
- A fundamentação da necessidade destas aquisições de serviços foi fundamentada anteriormente; -----
- A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto simplificado com consulta a uma entidade, em função do valor, ao abrigo do n.º 1, alínea a) e alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º, conjugado com o n.º 1, da alínea a) do artigo 20.º, artigo 36.º, n.º 1, artigo 38.º, alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º, e artigo 113.º, todos do Código dos Contratos Públicos (“CCP”), conjugados com a Lei das Autarquias Locais, Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, e pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro), artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP; -----
- A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, conforme tabela de atividades do artigo 151.º do CIRS, bem como implica uma prestação certa mensal, típica de um contrato de avença; -----

DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----

- A atividade a desenvolver pela prestadora de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por a prestadora não estar sujeita às condições em que se encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----
- A prestadora de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----
- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos do n.º 7 do artigo 35.º, da LVCR «o contrato de avença tem como objeto **prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal**, podendo ser feito cessar a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar» (sublinhado nosso). -----

Mais preconiza o n.º 2 do artigo 35.º da LVCR, que a celebração de contratos de avença **apenas** pode ter lugar quando, **cumulativamente** se verificarem os seguintes requisitos: ---

- a) Se **trate da execução de trabalho não subordinado**, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- b) Seja observado o regime legal da aquisição de serviços; -----
- c) O contratado comprove ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social. -----

A Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 (doravante identificada por "LOE 2014"), à semelhança das Leis que aprovaram o Orçamento de Estado para os anos de 2011, 2012 e 2013, consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LVCR, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a **contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença**. -----

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

a) Verificação do disposto no n.º 4 do artigo 35.º da LVCR, isto é, de que se trata da **execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa**, a qual apenas será exigível com a entrada em vigor de portaria específica que regule os termos e condições do procedimento prévio de recrutamento de pessoal colocado em mobilidade especial, **o que ainda não se verificou**; -----

b) **Confirmação de declaração de cabimento orçamental**; -----

c) **Aplicação da redução remuneratória aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2013**, cujo preço mensal seja superior a €1.500,00, com exceção dos contratos de aquisição de serviços cuja celebração ou renovação anterior já tenha sido objeto de redução e obtido parecer favorável. -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

- **Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro**, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 269/2009, de 30 de setembro, pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei

n.º 34/2010, de 2 de setembro, pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, abreviadamente identificada por "LVCR"; -----

- **Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro**, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro às autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro; -----

- **Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro**, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2014, abreviadamente identificada por "LOE 2014"; -----

- **Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro**, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, na Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, no Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP". -----

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

1 – Nos termos do disposto no n.º 11 do artigo 73.º da LOE 2014 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----

2 – Existe a necessidade de adquirir serviços para que se traduz no atendimento social com o intuito de contribuir para o bem-estar da população e apoiar a proteção e inclusão social, disponibilizando informação, aconselhamento, acompanhamento e encaminhamento para efeitos de superação das vulnerabilidades à população carenciada da freguesia, sempre que se revele necessário -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de 6 meses, com início a 3 de Fevereiro de 2014; -----

4 – O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5- Observam-se os requisitos previstos no n.º 5 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014; -----

Face ao exposto, proponho que o Executivo aprove em minuta a emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença,

com a prestadora de serviços Sra. Dra. Marta Filipa Salgado Fragoso, contribuinte n.º 226118410. -----

A prestadora de serviços deverá entregar situação contributiva da segurança social e das finanças. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

7 – Proposta de Deliberação N.º 7/2014 -----

À semelhança de situações anteriores e no âmbito das competências das Juntas de Freguesia e das GOP para 2014, pretende esta Junta de Freguesia continuar a apoiar a Direção Geral de Reinserção Social, nomeadamente com a aceitação de indivíduos para execução de medidas de trabalho a favor da comunidade. -----

Neste contexto, foi-nos solicitado pela Direção Geral acima mencionada a colocação de um indivíduo nesta Junta de Freguesia, para prestação de 120 horas. -----

Face ao exposto, proponho: -----

1 – A aceitação de Jorge Manuel Amaral Sanches Mendes, para a execução de medida de trabalho a favor da comunidade, num total de 120 horas para funções de limpeza no cemitério de Carnaxide. -----

2 – Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

8 – Proposta de Deliberação N.º 8/2014 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 09/2014, relativamente ao pedido do Sr. Jacinto José da Conceição da Silva e da Sra. Engrácia da Silva Cardoso, para concessão a título perpétuo do terreno que constitui o Compartimento N.º 14 E do Ossário N.º 3. -----

Este compartimento encontra-se em regime de aluguer e desde 2008 foram feitas as devidas diligências e até à data o valor em dívida não foi liquidado, sendo que o antigo responsável, o Sr. Vítor Manuel Pedroso da Silva, portador do Bilhete de Identidade N.º 2094083 não demonstrou interesse para liquidar o valor em dívida. -----

Através de Edital N.º 01/2014, foi público que o mesmo será apropriado por esta Junta de Freguesia por falta de pagamento. -----

A urna colocada no compartimento n.º 14 E do ossário n.º 3 será entregue a familiares, Sra. Maria Floripes Pedroso da Silva Fernandes, portadora do Bilhete de Identidade N.º 16533, por carta deste, declarando que solicita a trasladação da urna com as ossadas para a sepultura perpétua n.º 312 do talhão n.º 7 A. -----

Neste contexto, proponho: -----

- 1 – Que o compartimento n.º 14 E do ossário n.º 3 seja apropriado pela Junta de Freguesia;
- 2 – Que seja concedida a referida concessão a título perpétuo, ao Sr. Jacinto José da Conceição da Silva, portador do Bilhete de Identidade N.º 6448433 e Sra. Engrácia da Silva Cardoso portadora do Cartão de Cidadão N.º 07702809. -----
- 3 – Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----
- A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

9 – Proposta de Deliberação N.º 9/2014 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 18/2014, relativamente ao pedido da Sra. Maria Teresa Victoriano Pereira Marques dos Santos, para concessão a título perpétuo do terreno que constitui a Sepultura N.º 548 do Talhão N.º 5. -----

Na referida sepultura encontra-se inumada a falecida Rosa de Sousa Victorino Viegas desde o dia 16 de Março de 2010, portadora do Bilhete de Identidade N.º 7466359. -----

A requerente é sobrinha e responsável pela inumada conforme processo em anexo. -----

Neste contexto, proponho: -----

1 – Que seja concedida a referida concessão a título perpétuo, à Senhora Maria Teresa Victoriano Pereira Marques dos Santos, portadora do Cartão de Cidadão N.º 00324935. -----

2 – Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Conforme disposição legal a transcrição de qualquer documento oficial tem que respeitar, na íntegra, o conteúdo e o texto constante nos documentos. Sendo facto que as Propostas de Deliberação aqui descritas se constituem documento oficial e a respetiva transcrição, que nesta Ata se faz, é feita reproduzindo na íntegra o texto original.

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 22 horas. -----

O Executivo

O Presidente

(Jorge Manuel de Sousa de Vilhena)

O Tesoureiro

(Luís Manuel Figueiredo Lopes)

O Secretário

(Américo Duarte)

A Vogal

(Rosa Lopes Costa)

O Vogal

(José Pereira Rodrigues)

A Vogal

(Carla Sofia Guia Pinto)

O Vogal

(António Rocha)